JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.03.16 06:39:18 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 16 de março de 2023 • Nº 1520 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Mais um crime

ABRASIL

Governo Bolsonaro incinerou remédios caros

O governo Jair Bolsonaro (**foto**) incinerou medicamentos usados no tratamento de doenças raras e de alto custo, avaliados ao todo em pelo menos R$ 13,5 milhões. Há na relação de itens perdidos duas doses do Spinraza, cada uma comprada por R$ 160 mil pelo governo federal. Usada para pacientes com AME (atrofia muscular espinhal), a terapia é uma das mais caras do mundo. Associações de pacientes dizem que o estoque perdido mostra má gestão do governo Bolsonaro. A falta do tratamento pode levar pacientes à morte, afirmam ainda as mesmas entidades. Os dados sobre produtos do Ministério Saúde incinerados desde 2019, no começo da gestão Bolsonaro, foram obtidos pela Folha via Lei de Acesso à Informação. O mesmo material mostra que, até o começo deste ano, a pasta deixou vencer 39 milhões de vacinas contra a Covid-19. Excluindo as vacinas contra a Covid, os dados compartilhados pela Saúde apontam que já foram descartados produtos avaliados em R$ 214,2 milhões desde 2019 (valor que inclui imunizantes contra outras doenças). Outros insumos, de mais R$ 38 milhões, ainda estão na fila da incineração. Entre os itens perdidos estão vacinas de diversos tipos.

Nova portaria

AGU barra uso de precatórios para pagamento de concessões

A AGU (Advocacia-Geral da União) suspendeu o uso de precatórios no pagamento de concessões e na compra de imóveis até que seja publicada uma portaria regulamentando esse procedimento. A expectativa é que um grupo de trabalho organize essas regras em até seis meses, prazo que pode ser renovado por igual período. Advogados ligados a concessionárias afirmam que a medida, publicada no Diário Oficial da União ontem, fere a Constituição. A AGU nega. Precatórios são dívidas da União reconhecidas pela Justiça em decisão definitiva. No final de 2021, o Congresso aprovou uma emenda constitucional permitindo o uso desses papéis para o pagamento de concessões de forma "autoaplicável". PÁGINA 2

Arcabouço

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

Haddad afirma que regra fiscal está no Planalto; Lula 'não viu'

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) (**foto**) afirmou ontem que a proposta de regra fiscal elaborada pela pasta para substituir o teto de gastos está no Palácio do Planalto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por sua vez, afirmou que teve uma primeira conversa com Haddad, mas que ainda não viu a proposta. Lula disse que terá uma nova reunião com o ministro até esta quinta-feira e que a decisão sobre o assunto será tomada até a semana que vem. Questionado sobre o novo arcabouço fiscal, o presidente afirmou a jornalistas que não poderia comentar porque não havia visto a proposta. Depois, afirmou que havia tido uma primeira conversa com o ministro e que o formato será definido antes de sua viagem à China, no dia 24. PÁGINA 2

Firjan

RJ aumenta em 13% reservas de petróleo em 2022

O estado do RJ teve um crescimento de 13% em suas reservas de petróleo, somando 12,33 bi de barris, o que corresponde a 83% do total nacional. A alta acontece pelo 2º ano seguido, segundo o Anuário do Petróleo 2022, divulgado ontem pela Federação das Indústrias (Firjan). A plataforma Dados Dinâmicos de Petróleo da Firjan indica que o RJ respondeu por 95% dos novos volumes adicionados ao país. PÁGINA 4

Cheiro de Pizza

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

Moraes autoriza volta imediata de Ibaneis ao governo

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou ontem a revogação do afastamento de Ibaneis Rocha (MDB) (**foto**) do Governo do Distrito Federal e o seu retorno imediato ao cargo. Ibaneis tinha sido afastado das funções por 90 dias pelo próprio Moraes horas após os ataques do dia 8 de janeiro, quando apoiadores de Bolsonaro invadiram as sedes dos três Poderes. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: -0,25% / 102.675,45 / -256,93 / Volume: R$ 52.471.688.922 / Negócios: 4.597.443

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
MELIUZ ON NM	1.030	+10.75	+0.100
MRV ON NM	7.45	+7.19	+0.50
ELETROBRAS PNB N1	36.52	+6.01	+2.07
GRUPO NATURAON NM	13.03	+6.63	+0.81
REDE D OR ON NM	23.770	+5.88	+1.320

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
SID NACIONALON	14.77	–6.04	–0.95
CVC BRASIL ON NM	3.07	–11.78	–0.41
GERDAU PN ED N1	25.60	–4.66	–1.25
GERDAU MET PN ED N1	11.47	–4.10	–0.49
3R PETROLEUMON NM	27.180	–3.58	–1.010

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON ED NM	81.45	–3.01	–2.53
PETROBRAS PN N2	23.34	–1.77	–0.42
ITAUUNIBANCOPN N1	23.64	–0.25	–0.06
LOCALIZA ON NM	52.90	+0.74	+0.39
BRADESCO PN N1	13.53	+1.81	+0.24

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	31.874,57	-0,87
NASDAQ Composite	11.434,052	+0,05
Euro STOXX 50	4.028,59	-3,49
CAC 40	6.957,03	-2,58
FTSE 100	7.344,45	-3,83
DAX 30	14.735,26	-3,27

Salário mínimo	R$ 1.302,00
Ufir	R$ 3,7053
Taxa Selic (01/02)	13,75%
Poupança 3 16/3)	0,74%
TR (prefixada) (mar./23)	0,2392%
IGP-M	-0,06% (fev.)
IPCA	0,84% (fev.)
CDI 0,56	até o dia 15/mar.
OURO BM&F/grama	R$ 319,50
EURO Comercial	Compra: 5,6002 Venda: 5,6008
EURO turismo	Compra: 5,6525 Venda: 5,8325
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,2975 Venda: 5,2981
DÓLAR comercial	Compra: 5,2926 Venda: 5,2932
DÓLAR turismo	Compra: 5,3163 Venda: 5,4963

Economia

MERCADOS

Bolsa cai para menor nível desde agosto com crise no Credit Suisse

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A crise no banco europeu Credit Suisse e os reflexos da quebra de dois bancos norte-americanos provocaram turbulências no mercado financeiro. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu ontem para o menor patamar desde agosto.

O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou ontem aos 102.675 pontos, com queda de 0,25%. O indicador chegou a cair 2,18% por volta das 12h, se aproximando dos 100 mil pontos, mas reagiu durante a tarde e quase zerou as perdas. Mesmo fechando praticamente estável, o indicador, que acumula cinco perdas consecutivas, está no menor nível desde 1º de agosto.

O dia também foi tenso no mercado de câmbio. O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,294, com alta de R$ 0,037 (+0,7%). A cotação disparou até o início da tarde, chegando a R$ 5,32 na máxima do dia, pouco antes das 14h, mas arrefeceu perto do fim das negociações.

A moeda norte-americana está no maior nível desde 5 de janeiro, quando era vendida a R$ 5,35. A divisa acumula alta de 1,32% em março e de 0,27% em 2023. Até esta terça-feira passada, o dólar acumulava queda no ano.

O mercado financeiro teve um dia tenso em todo o planeta, após o banco Credit Suisse anunciar "debilidades significativas" nos balanços e nos controles nos últimos dois anos. A crise na instituição financeira ocorre dias após dois bancos norte-americanos ligados a empresas de tecnologia falirem e terem os depósitos dos clientes garantidos pelo Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano).

A situação do banco suíço arrastou as bolsas europeias, que fecharam com fortes perdas ontem.

A Bolsa de Paris perdeu 3,58%; a de Frankfurt, 3,27%; e a de Londres, 3,83%. Já a de Milão recuou 4,61%, e a de Madri, 4,37%. O Índice do Setor Bancário Europeu (Stoxx 600 Banks) caiu quase 7%.

Aqui, ao longo da tarde, dois fatores arrefeceram a instabilidade no dólar e na bolsa: o anúncio do Banco Central suíço de que pode socorrer a instituição financeira, se necessário, e a confirmação pelo presidente Lula, de que o novo arcabouço fiscal será anunciado antes da viagem oficial à China, prevista para a última semana deste mês.

NOVA PORTARIA

AGU barra uso de precatórios para pagamento de concessões

A AGU (Advocacia-Geral da União) suspendeu o uso de precatórios no pagamento de concessões e na compra de imóveis até que seja publicada uma portaria regulamentando esse procedimento.

A expectativa é que um grupo de trabalho organize essas regras em até seis meses, prazo que pode ser renovado por igual período.

Advogados ligados a concessionárias afirmam que a medida, publicada no Diário Oficial da União ontem, fere a Constituição. A AGU nega.

Precatórios são dívidas da União reconhecidas pela Justiça em decisão definitiva. No final de 2021, o Congresso aprovou uma emenda constitucional permitindo o uso desses papéis para o pagamento de concessões de forma "autoaplicável".

No entanto, no poder público a criação de uma metodologia mais robusta para liberar as transações ainda é vista como necessária.

Segundo a AGU, a suspensão não vale para o pagamento de dívidas tributárias com a União, que segue o regramento definido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A discussão em torno do uso dos precatórios em concessões já levou a Rumo, que opera ferrovias, a exigir na Justiça o direito de utilizá-los já que, pelos trâmites administrativos junto à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) não foi possível.

Há mais de dois meses, a Aena, grupo espanhol que, no final do ano passado, arrematou Congonhas e outros dez aeroportos, discute com a Anac (Agência Nacional de Telecomunicações) o pagamento de R$ 2,45 bilhões da contribuição inicial da outorga por meio de precatórios. O grupo aguarda a solução para esse impasse.

A AGU informou que, apesar da suspensão, a decisão sobre o recebimento dos precatórios para essa finalidade caberá a cada agência reguladora -motivo que usa para se defender de descumprimento legal.

No entanto, advertiu que deverá avaliar se as condições da licitação permitiram o pagamento sem infringência da igualdade do certame.

Ou seja: se ao oferecer a opção de pagamento com precatórios não excluiu potenciais interessados no certame.

"A recomendação da AGU é de que aguardem (agências) a regulamentação a ser realizada por meio da nova portaria, fato que garantirá maior segurança jurídica para a decisão do gestor."

Os precatórios entregues pela Aena para a Anac foram adquiridos no mercado com um desconto de 82%, segundo operadores, o que permitiu que, de fato, o desembolso da concessionária fosse de cerca de R$ 2 bilhões.

Essas operações financeiras feitas por grandes bancos e fundos de investimento já movimentam R$ 30 bilhões, mercado que se formou na esteira da promulgação da emenda constitucional.

Contribuintes que têm dívidas tributárias com a União também estão adquirindo esses papéis no mercado para quitar suas pendências com desconto.

Na prática, trata-se de uma operação contábil de troca de dívidas que só se encerra completamente quando o precatório (título da dívida da União) é pago efetivamente pelo governo.

Esses pagamentos vêm sendo feitos seguindo um cronograma definido em lei e que, na média, gira em torno de R$ 100 bilhões por ano.

Como qualquer precatório pode ser apresentado -que será pago no ano corrente ou nos anos seguintes-- a quitação plena só é dada após o pagamento ao dono do título (aquele que ganhou o processo contra a União na Justiça).

Nesse período, o contribuinte não ganha um documento de quitação, mas seu nome sai do cadastro da União, perdendo restrições que o impediam de tomar empréstimos no mercado, por exemplo, ou de fazer negócios com o poder público.

Assessores do Palácio do Planalto afirmam que a equipe econômica tem restrições ao uso desses títulos em concessões. No que se refere ao abatimento de dívidas não veem impedimento. É uma forma de reduzir custos (despesas) do endividamento público.

Nas concessões, no entanto, querem ter dinheiro entrando no caixa, forma de melhorar as receitas e, ao final, o resultado primário.

A AGU disse que o uso de precatórios na compra de imóveis, quitação de dívidas e pagamento de outorga de delegações de serviços públicos foram definidos por um decreto no final do ano passado.

O órgão disse que sua regulamentação do decreto -contendo "os requisitos formais, a documentação necessária, a possibilidade de exigência de prestação de garantias e o procedimento- contém divergências e está desatualizado em relação às normas definidas pela PGFN, Ministério da Fazenda e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

IBGE

Abate de bovinos no Brasil volta a crescer

O abate de bovinos voltou a crescer em 2022 depois de dois anos seguidos de queda. Foram 29,80 milhões de cabeças no ano passado, aumento de 7,5% frente ao ano anterior, ou 2,09 milhões de cabeças a mais. Ao alcançar 56,15 milhões de cabeças, o abate de suínos teve um crescimento de 5,9% em relação ao ano anterior e estabeleceu um recorde na série histórica.

Os dados são da Estatística da Produção Pecuária, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O analista da pesquisa, Bernardo Viscardi, disse que o aumento de 19,1% no abate de fêmeas foi fundamental para essa retomada do abate de bovinos. "São os ciclos da pecuária. Depois de um período de retenção das vacas para procriação, seguido pela entrada dos bezerros no mercado e sua consequente desvalorização pelo aumento da oferta, as fêmeas começam a ser destinadas ao abate", explica em texto no site do IBGE.

O estado de Mato Grosso permanece na liderança do *ranking* nacional no abate de bovinos. A participação do estado no total do país ficou em 15,8%. Na sequência está São Paulo, com 11,5%, e Mato Grosso do Sul, com 11%.

OVOS

A produção de ovos de galinha avançou em 16 dos 26 estados analisados em 2022. Em comparação a 2021, a produção nacional cresceu 1,2%, o que representa um novo recorde em 2022, totalizando 4,06 bilhões de dúzias. O aumento na atividade em relação a 2021 representa 47,71 milhões de dúzias de ovos a mais à disposição do mercado.

De acordo com Bernardo Viscardi, o mercado interno é o grande responsável pelo resultado, uma vez que o Brasil exporta menos de 1% da produção. "O ovo é a proteína mais barata, em termos absolutos, dentre todas as pesquisadas, sendo uma ótima alternativa às carnes bovina, suína e de frango. Os ovos são utilizados tanto para consumo, quanto para incubação. Logo, o crescimento da produção de carne de frango acompanha o aumento da atividade de ovos incubados, férteis", explicou.

ARCABOUÇO

Haddad diz que regra fiscal está no Planalto; Lula diz que ainda não viu

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou ontem que a proposta de regra fiscal elaborada pela pasta para substituir o teto de gastos está no Palácio do Planalto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por sua vez, afirmou que teve uma primeira conversa com Haddad, mas que ainda não viu a proposta.

Lula disse que terá uma nova reunião com o ministro até esta quinta-feira e que a decisão sobre o assunto será tomada até a semana que vem.

Questionado sobre o novo arcabouço fiscal, o presidente afirmou a jornalistas que não poderia comentar porque não havia visto a proposta. Depois, afirmou que havia tido uma primeira conversa com o ministro e que o formato será definido antes de sua viagem à China, no dia 24.

"Quando eu ver (a proposta), eu terei o maior prazer de conversar com você e contar tudo que vai ser colocado no arcabouço. Mas eu ainda não vi. Eu tive uma primeira conversa com o Haddad, ele ficou de aprontar e, quando ele aprontar, eu vou ver. Assim que eu ver, a hora que for aprovado, vocês vão ser as segundas pessoas a saberem do arcabouço", disse a jornalistas, após almoço com almirantes na Marinha.

Questionado se a decisão sobre a regra fiscal sairia antes de sua viagem à China, Lula disse: "Até porque o Haddad vai viajar comigo, deve ser antes da viagem". O aval do presidente é a última etapa antes de a proposta seguir para o Congresso Nacional.

Mais cedo, o ministro da Fazenda disse que entregou a proposta ao Planalto. "Já está no (Palácio do) Planalto", respondeu, ao ser questionado por jornalistas sobre a entrega do desenho do novo arcabouço fiscal a Lula.

Na terça-feira passada, Haddad afirmou que o presidente pediu ao ministro Rui Costa (Casa Civil) para agendar o compromisso para que a apresentação fosse feita. De acordo com relatos de pessoas do governo, a proposta ainda não havia chegado à pasta até a tarde desta quarta.

Embora ainda não tenha apresentado detalhes, Haddad já disse anteriormente que a nova regra fiscal será simples e não será uma meta de controle da dívida pública.

Membros do governo envolvidos no debate afirmam que o arcabouço vai permitir que se alcance o objetivo de zerar o déficit primário já em 2024

Nota

MONTADORA CHINESA PREPARA CHEGADA DE ÔNIBUS ELÉTRICOS A SÃO PAULO

A montadora de ônibus elétricos Higer Bus prepara, até junho, a entrega de suas primeiras 50 unidades dos veículos Azure A12BR, vendidas a municípios de SP. Segundo a companhia chinesa, outros 150 ônibus chegarão ao estado até o fim do ano. Os valores oficiais da operação serão anunciados após a chegada dos ônibus. Uma unidade do veículo custa em média R$ 2 milhões, segundo estimativas do setor. Para atender a demanda brasileira, a Higer Bus separou na China uma linha de produção do Azure A12 para adequar as especificações ao mercado interno.

CRISE

Ação do Credit Suisse afunda 25% e contagia outros bancos

As ações do banco Credit Suisse caíram quase 25% ontem, e contagiou as cotações de outros grandes bancos na Europa e nos Estados Unidos. O cenário pode ser amenizado nos mercados hoje, já que o Swiss National Bank (SNB, o banco central suíço) admitiu que pode dar ajuda financeira à instituição financeira, se necessário.

Pela manhã, os papéis do Credit Suisse chegaram a cair mais de 30%, e na parte da tarde, ensaiaram recuperação. Mas a situação voltou a piorar, apesar das tentativas do presidente do segundo maior banco da Suíça de tranquilizar os investidores, que já vinham de dias tensos com a crise do setor bancário nos Estados Unidos.

No fechamento da Bolsa de Zurique, a queda foi de 24,24%, com uma capitalização de pouco menos de 6,7 bilhões de francos suíços (em torno de US$ 7,2 bilhões).

O presidente do Credit Suisse, Axel Lehmann, descartou uma eventual ajuda governamental. "Não é um tema", afirmou ele, durante uma conferência do setor bancário na Arábia Saudita. "Temos índices financeiros sólidos, um balanço sólido".

Abalado por vários escândalos, o Credit Suisse registrou um prejuízo líquido de quase 7,3 bilhões de francos suíços (US$ 7,917 bilhões) em 2022.

Este foi o pior resultado de um banco suíço desde a crise financeira de 2008, quando a instituição registrou prejuízo superior a 8 bilhões de francos. Isso acendeu um alerta no mercado, já que o banco tem enfrentado

"Parece que cada vez mais investidores estão olhando para o CS (Credit Suisse) como o próximo dominó mais provável de cair", disse Neil Wilson, analista da Finalto. Mas "é realmente grande demais para quebrar", acrescentou.

A crise do Credit Suisse começou ainda em 2022, quando o banco perdeu cerca de 30% do seu valor de mercado. Com problemas de liquidez em seus ativos, houve uma série de boatos que levaram a uma corrida dos correntistas para tirar seus recursos.

O banco conseguiu levantar mais de US$ 4 bilhões, com ajuda do banco central suíço, e acalmou momentaneamente os investidores.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

CHEIRO DE PIZZA

Moraes libera volta imediata de Ibaneis ao governo do DF

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou ontem a revogação do afastamento de Ibaneis Rocha (MDB) do Governo do Distrito Federal e o seu retorno imediato ao cargo.

Ibaneis tinha sido afastado das funções por 90 dias por determinação de Moraes horas após os ataques do dia 8 de janeiro, quando apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) invadiram as sedes dos três Poderes em Brasília.

O emedebista é investigado em inquérito do Ministério Público Federal que apura a conduta de autoridades responsáveis pela segurança local no dia dos ataques.

O ministro afirma que a PGR (Procuradoria-Geral da República) e a defesa de Ibaneis, além do relatório de intervenção federal na segurança pública do DF, apontam que não há necessidade de manutenção do afastamento do governador do exercício de função pública.

"Os relatórios de análise da Polícia Judiciária relativos ao investigado não trazem indícios de que estaria buscando obstaculizar ou prejudicar os trabalhos investigativos, ou mesmo destruindo evidências, fato também ressaltado pela defesa e pela Procuradoria-Geral da República", diz Moraes em sua decisão.

"O momento atual da investigação –após a realização de diversas diligências e laudos– não mais revela a adequação e a necessidade da manutenção da medida, pois não se vislumbra, atualmente, risco de que o retorno à função pública do investigado Ibaneis Rocha Barros Júnior possa comprometer a presente investigação ou resultar na reiteração das infrações penais investigadas."

Após a decisão, Ibaneis afirmou em nota que aguardou com "muita paciência, resiliência e confiança na justiça" o momento de retorno ao cargo.

"Assumi pela vontade do povo do Distrito Federal, que me elegeu em primeiro turno para um segundo mandato. Agora é seguir firme confirmando a minha inocência junto ao STF e trabalhar ainda mais pela cidade que tanto amo", disse.

Com o retorno de Ibaneis, a vice-governadora Celina Leão (PP) deixa a função de governadora interina do DF.

Ibaneis pediu ao Supremo em fevereiro para retornar ao cargo. Na peça, protocolada pouco antes do Carnaval, a defesa de Ibaneis argumentava que o fim da intervenção na segurança pública do DF, no último dia 31 de janeiro, mostrava que não havia motivo para manter o afastamento.

"O término da intervenção deixou claro que a segurança pública está saneada. Foi colocado um secretário de Segurança Pública de comum acordo com o ministro da Justiça, que o governador já se comprometeu a manter. Não há razão para deixar um homem reeleito no primeiro turno fora do cargo", disse, na ocasião, o advogado de Ibaneis, Alberto Toron.

Em janeiro, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão em endereço do governador. Mensagens analisadas pela PF também indicaram que ele e o comando da Polícia Militar do Distrito Federal minimizaram os indícios de que apoiadores de Bolsonaro invadiriam os prédios dos três Poderes no dia 8 de janeiro.

"Já estamos mobilizados. Não teremos problemas", afirmou o governador no dia anterior por meio de aplicativo de mensagem após ser procurado por Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado.

CONTRABANDO

TCU manda Bolsonaro devolver joias e armas em até 5 dias

O TCU (Tribunal de Contas da União) determinou ontem que Jair Bolsonaro (PL) deve entregar no prazo de cinco dias à Secretaria-Geral da Presidência da República as joias que recebeu de presente da Arábia Saudita e as armas que trouxe em 2019 ao voltar de uma viagem ao Oriente Médio.

A medida foi tomada por unanimidade pelos seis ministros do tribunal que votaram na sessão (o presidente não vota). Jorge Oliveira, que foi ministro de Bolsonaro e indicado à corte de contas pelo ex-presidente, e Vital do Rêgo não compareceram.

A proposta de devolução foi sugerida pelo ministro Augusto Nardes, relator do caso.

Ele reformulou a decisão cautelar que havia dado na última quinta-feira e que permitia a Bolsonaro ficar com a guarda (mas sem usar nem vender) dos artigos de luxo enviados a ele por intermédio do ex-ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia).

A decisão também determina que a Secretaria-Geral da Presidência mantenha sob sua custódia os bens referidos entregues por Bolsonaro, após a deliberação da corte.

O presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, disse ao final da sessão que, para um presente ser incorporado ao patrimônio privado de um presidente, ele deve preencher dois requisitos: ser classificado como item personalíssimo e ser de baixo valor, como uma camisa da seleção nacional de um país, um perfume ou uma bebida típica, o que não seria o caso.

"É preciso, de uma vez por todas, separar o público do privado. Esse entendimento do TCU vem no sentido de deixar claro aquilo que deve ser incorporado ao patrimônio público. E, no caso dessas joias, não há qualquer dúvida de que, pelo valor têm, elas devem ser incorporadas ao patrimônio público, jamais ao patrimônio particular de qualquer autoridade", disse.

Dantas também sugeriu que seja feita uma auditoria no acervo de presentes da Presidência sempre ao término de um mandato, o que foi aceito pelos demais ministros, incluindo uma análise dos bens recebidos por Bolsonaro no período de 2019 a 2022.

Também foi incluída uma proposta para que seja expedida uma ordem à Receita Federal para que encaminhe as joias que possam estar com o órgão à Secretaria-Geral da Presidência, assim que terminarem os trâmites burocráticos.

"Requisite da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil o conjunto de joias retido pela autoridade alfandegária para incorporação ao patrimônio público, tendo em vista a inquestionável natureza de bem público de elevado valor, insusceptível de incorporação em acervo privado", diz o acórdão.

O ministro Walton Alencar, decano do TCU, destacou que a medida também "é uma forma de preservar o interesse público e salvaguardar os padrões de moralidade dentro da administração pública". Alencar disse que as joias devem ser catalogadas e integrar o patrimônio brasileiro.

"Elas podem ser expostas e até usadas pela primeira-dama em ocasiões formais ou não, mas devem ser devolvidas à Presidência da República. Não há sentido que essas joias valiosas, presentes de governo estrangeiro, permaneçam na guarda da Receita Federal, como se fosse uma mercadoria qualquer", afirmou.

A defesa de Bolsonaro havia mandado ofício ao TCU na segunda-feira passada pedindo que o tribunal ficasse com os artigos até que acabassem as investigações, determinando a designação de data e local para sua apresentação.

Nardes, no entanto, afirmou que não há jurisprudência da corte para que o tribunal receba as joias e que tal ação não seria cabível ao TCU. O voto foi seguido pelos demais ministros, que ainda pedem que Bolsonaro encaminhe o comprovante de entrega do material à Secretaria-Geral da Presidência.

"Não deve ser este tribunal a receber as joias e demais objetos, por falta de amparo legal para adoção da medida, e uma vez já existir orientação nos normativos do Poder Executivo definindo os procedimentos a serem adotados em caso de presentes recebidos por autoridades públicas", disse o ministro.

O ex-presidente também enviou ofício à Polícia Federal dizendo que está à disposição do órgão para prestar depoimento sobre o caso.

A defesa de Bolsonaro argumentou que tomou a decisão diante das notícias publicadas em veículos de imprensa, "mesmo sem poder afirmar a fidedignidade da informação, já que não recebeu qualquer intimação ou teve ciência de forma oficial, senão pelos veículos de imprensa".

Em outubro de 2021, Albuquerque liderou uma comitiva para um evento internacional na Arábia Saudita.

No retorno, um conjunto de itens de luxo avaliado em R$ 16,5 milhões que inclui colar, brincos, anel e relógio da marca suíça Chopard foi retido pela Receita no aeroporto de Guarulhos (SP) assim que Albuquerque e equipe desembarcaram no Brasil. O caso foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo.

ESSOR é a seguradora oficial de exposição de carros antigos em São Paulo

A ESSOR foi a seguradora de carros antigos e valiosos expostos durante o lançamento do livro Lulla & Piero Gancia – No Grande Prêmio da Vida", essa semana, em São Paulo

Na noite de ontem, 14 de março de 2023, durante o lançamento do livro "Lulla & Piero Gancia – No Grande Prêmio da Vida", de autoria de Carlo V. Gancia, no Museu da Casa Brasileira, em São Paulo, os oito automóveis expostos, que pertenceram a família apaixonada por automobilismo, estavam cobertos pela ESSOR Seguros em parceria com a Carrara Art Corretora de Seguros. "Os carros antigos são uma cultura particular, não só pela história do automóvel como pelas paixões que o cercam em toda a sua trajetória. O seguro Obras de Arte e Antiguidades ESSOR, protege não só a exposição dos carros e o patrimônio histórico familiar, como a história do automobilismo. Esta é a nossa filosofia", afirma Ana Guerra, subscritora de Obras de Arte da ESSOR Seguros.

MANOEL PETRY

Ana Guerra, Underwriter do Seguro Obras de Arte da ESSOR

Os carros que chamavam atenção no museu eram um Alfa Romeo Giulia GTA 1600 ano 1967, no valor de USD 370'000; um Alfa Romeo Giulia Super 1967, no valor de USD 70'000; uma Ferrari Daytona 1973, no valor de USD 70'000; uma Ferrari Dino 1971, no valor de USD 650'000; uma Ferrari Roma 2023, no valor de USD 650'000; um Alfa Romeo Montreal 1972, no valor de USD 140'000; um Alfa Romeo Giulia Spider 1962, no valor de USD 110'000 e um Alfa Romeo 155 1995, no valor de USD 90'000, protegidos com uma Cobertura Básica para Exposições (LMI) no valor de USD 2.780.000,00 contra todos os riscos, perdas e danos ("all risks"), contratada pela Luste Projetos Editoriais e Culturais, editora do livro que estava sendo lançado.

A ESSOR tem estado ao lado dos brasileiros amantes do automobilismo. Recentemente, foi a seguradora responsável pela cobertura da exposição "50 Anos de GP no Brasil", realizada no parque do Ibirapuera, com itens históricos como capacetes, macacões e carros de pilotos brasileiros que marcaram a trajetória do Grande Prêmio de Fórmula 1 no Brasil.

Sobre a Essor |

A ESSOR Seguros S.A. é uma empresa do Grupo SCOR, uma das maiores resseguradoras mundiais. Atua no Brasil desde 2012 com soluções exclusivas e produtos diferenciados, que permitiram atingir a liderança em seguros Agrícolas e Transporte de Ônibus, que são distribuídos pelos mais de 8 mil corretores de seguros parceiros.

Informações à Imprensa | VTN Comunicação
contato@vtncomunicacao.com.br
Vania Absalão - *vaniaabsalao@gmail.com*
Isabel Capaverde – *isabel@capaverde.jor.br*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

André do Prado, do PL, é eleito presidente da Alesp

O deputado estadual André do Prado (PL) foi eleito ontem presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, vencendo Carlos Giannazi (PSOL), seu único concorrente. A eleição da Mesa Diretora ocorreu logo após a posse dos 94 deputados da nova legislatura.

A eleição de André já era esperada -ele costurou um arco de apoios que inclui PT e PSDB e unificou a bancada do PL, composta por uma ala do centrão e outra bolsonarista.

Aliado do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e próximo de Valdemar Costa Neto, chefe do PL, André entra em seu quarto mandato na Casa. Antes disso, foi prefeito de Guararema (SP).

Antes da eleição da Mesa, durante a sessão solene de posse dos 94 deputados, André já circulava pelo plenário como eleito, distribuindo abraços. Ao cumprimentar Leci Brandão (PC doB), a chamou de "rainha". Ele foi um dos mais aplaudidos ao fazer seu juramento de posse.

A vitória de André representa a ascensão do centrão na Alesp e desbanca quase 30 anos de domínio do PSDB sobre a Mesa Diretora --Carlão Pignatari (PSDB) deixa o cargo sem ter tentado a reeleição. Assim como no Governo de São Paulo, também no Legislativo a derrocada tucana reconfigurou a elite do poder no estado, abrindo caminho para Republicanos, PL e PSD.

A Casa era comandada por deputados do PSDB desde 2007. Por isso, a base de apoio de Tarcísio, formada sobretudo por PL, Republicanos e PP, articulou uma unidade em torno de André.

Antes do início da eleição da Mesa houve dois embates. O primeiro entre o então presidente Carlão Pignatari (PSDB) com Giannazi, que pediu que cada candidato, ele e André, tivessem cinco minutos para debater suas propostas para a Casa, o que foi negado.

"Pela independência da Assembleia, pela autonomia, pelo fim do puxadinho do Palácio dos Bandeirantes", declarou Giannazi ao votar nele próprio.

O segundo foi entre a líder do PSDB, Analice Fernandes, e Carlão. O tucano havia chamado dois homens para ocupar a Mesa e ajudar na votação, quando a deputada pediu a palavra e solicitou que uma das vagas fosse dada a uma mulher.

Sem paciência, Carlão logo concordou com a troca, mas interrompeu a deputada. "Gostaria que uma mulher fosse convidada e que nunca uma mulher seja interrompida nesta Casa. Somos em 25 e merecemos respeito sempre", disse ela, recebendo aplausos das deputadas, inclusive as de esquerda.

"Tudo bem, deputada, parabéns para a senhora", respondeu Carlão de forma ríspida.

O primeiro desafio de André foi unificar a própria bancada, composta por um grupo de bolsonaristas, que se filiaram ao PL depois que Jair Bolsonaro migrou para a sigla, e um outro grupo de deputados "PL raiz" ou "centrão".

O grupo bolsonarista, na esteira da vitória de Tarcísio patrocinada por Bolsonaro, reivindicava o comando da Casa, mas teve que recuar quando Valdemar entrou em campo e escolheu André. O próprio Tarcísio, de forma reservada, decidiu apoiar André.

Para garantir sua eleição, André se comprometeu a manter o espaço do PT na Mesa e vem negociando a chefia das comissões com diversos partidos.

TRANSPORTE

Prefeitura entrega gestão de novo app para suspeitos

O Consórcio 3C, contratado pela Prefeitura de São Paulo para desenvolver o projeto do aplicativo de corridas MobizapSP, anunciado na quinta-feira passada, é formado por empresas alvo de investigações por suspeita de desvio de verbas públicas e de pagamento de propina em contratos de gestão de trânsito. O aplicativo foi apresentado pela gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) como uma alternativa a empresas como Uber e 99.

A grande diferença entre o MobizapSP e os seus concorrentes é a promessa de destinar 89,5% do valor das viagens aos motoristas --o que gerou questionamentos do setor.

Os 10,95% restantes devem ser pagos inteiramente às empresas que compõem o Consórcio 3C, que foi o único concorrente na licitação.

O consórcio é formado por CLD Construtora, CSX Inovação e a Consilux, sendo as duas últimas empresas do empresário Aldo Vendramin. Em 2015, Vendramin disse ter pago R$ 1,22 milhão para o ex-ministro José Dirceu (PT) auxiliar a Consilux em estreitar relacionamento com o governo da Venezuela. "O José Dirceu me levou três vezes para conversar com o Chávez pessoalmente e depois disso o dinheiro começou a sair mais rápido", disse Vendramin à Folha de S.Paulo, em 2015.

Na época, as atividades de Dirceu entraram no radar da Operação Lava Jato por suspeitas de que pagamentos feitos à JD Assessoria e Consultoria Ltda., sua empresa, seriam uma forma disfarçada de propina por empreiteiras citadas no esquema de corrupção da Petrobras.

Já os contratos da Consilux foram alvos de investigação da Justiça da Venezuela, após surgirem denúncias de que a empresa brasileira estaria desviando recursos voltados à construção de moradias populares. Vendramin chegou a ficar preso provisoriamente na Itália em 2019, a pedido da Justiça venezuelana.

A Consilux também faz parte de um consórcio, o LCL, que assinou quatro contratos com a Prefeitura de São Paulo entre 2020 e 2021, todos sem licitação.

Os convênios firmados na época com a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito para administrar o serviço de radares de trânsito somam R$ 66 milhões. Os dois últimos contratos foram assinados pelo atual secretário, Ricardo Teixeira, que também contratou os serviços do Consórcio C3 para criar o MobizapSP.

A prefeitura disse, em nota, que os contratos sem licitação foram feitos em regime emergencial. "Visto que ainda está em processo de elaboração o edital de licitação para a fiscalização eletrônica. Assim, que houver um novo processo licitatório e um vencedor, o contrato emergencial será extinto", afirma. A prefeitura também afirma que o secretário Teixeira mantém uma relação administrativa com as empresas, "pois como órgão público é necessário fiscalizar o cumprimento dos contratos".

VERÃO: Sol com poucas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 31º 20º 5% 05:55 18:06

FIRJAN

Rio de Janeiro eleva em 13% reservas de petróleo em 2022

ALANA GANDRA/ABRASIL

O estado do Rio de Janeiro teve um crescimento de 13% em suas reservas de petróleo, somando 12,33 bilhões de barris, o que corresponde a 83% do total nacional. A alta acontece pelo segundo ano consecutivo, segundo o Anuário do Petróleo 2022, divulgado ontem pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

A plataforma Dados Dinâmicos de Petróleo da Firjan indica que o estado do Rio de Janeiro respondeu por 95% dos novos volumes adicionados ao país em 2022. Já a perfuração de poços marítimos, no país e no estado, apresentaram quedas de 22% e 27% no ano passado, respectivamente.

Em 2022 foram perfurados 12 poços exploratórios marítimos no estado, de um total de 17 no Brasil. O levantamento da Firjan mostra que a perfuração pode gerar desdobramentos para a indústria, com a contratação de sondas, navios sísmicos, atividades de completação de poços, entre outras.

Os dados revelam ainda aumento de 10% na perfuração de poços na Bacia de Campos, em 2022. Já na Bacia de Santos, houve aumento de 13,5% na produção, no comparativo de dezembro 2022 com dezembro de 2021.

POLO DE ENERGIA

O vice-presidente da Firjan, Luiz Césio Caetano, disse que o estado do Rio de Janeiro vem ampliando seu potencial para se tornar o grande polo de energia do país, tendo o petróleo como importante catalisador da indústria.

Para Caetano, os diferenciais do estado passam por seu vasto potencial energético, proximidade entre centros de oferta e demanda, grande carteira de novos projetos em segmentos diversos de energia, além de uma base industrial consolidada e de grande tradição de fornecimento ao mercado de energia.

Para ele, os preços do barril de petróleo em 2022 favoreceram não só as empresas petrolíferas, mas também as arrecadações governamentais, com os valores mensais do óleo tipo brent atingindo patamares que não eram vistos desde 2012, acima de US$ 120 por barril. O valor médio do ano superou os US$ 100 pela primeira vez, desde 2013.

A produção média de petróleo no estado do Rio de Janeiro atingiu 2,53 milhões de barris/dia no ano passado, alta de 7,5% em relação a 2021, o que representa cerca de 85% do total nacional. Desse total, 2,01 milhões de barris/dia foram oriundos do pré-sal.

Derivados

No que se refere a derivados do petróleo, o estado do Rio de Janeiro apresentou incremento de 31% na produção de diesel S-10 em 2022, em comparação ao ano anterior, refletindo os investimentos anunciados em 2021 na Refinaria Duque de Caxias (Reduc), da ordem de R$ 140 milhões.

O Rio de Janeiro também se mostrou superavitário na relação entre produção e venda dos principais derivados. Essa relação foi de 81% para a gasolina A, 68% para o diesel, 62% para o querosene de aviação e 16% para o gás liquefeito de petróleo (GLP). Em contrapartida, o Rio de Janeiro teve que importar biocombustíveis de outros estados para a mistura.

CLIMA

Ciclone Freddy causa mais de 270 mortes na África

O número de mortes causadas pelo ciclone Freddy ultrapassou os 270 ontem, tornando-o uma das tempestades mais letais da África das últimas duas décadas. Em uma trajetória incomum, a tempestade tropical saiu do sul do continente no final de fevereiro e retornou à mesma região no início de março, deixando um rastro de destruição em três países —Maláui, Moçambique e Madagascar.

A maior parte dos óbitos ocorreu no Maláui, onde as autoridades contabilizaram 225 mortes desde que a tempestade voltou a tocar o solo do país, na segunda-feira passada. O Departamento de Gestão de Desastres nacional ainda reportou 41 desaparecidos e 707 feridos em decorrência das chuvas fortes, que continuam a afetar partes do território.

As operações de resgate, que envolvem as forças de segurança do país e outras entidades, seguiam na manhã de ontem.

Porta-voz da Cruz Vermelha no país, Felix Washoni afirmou que o maior desafio dos socorristas são as enchentes, uma vez que a destruição de pontes tem dificultado o acesso às vítimas. Ele contou que pessoas têm sido resgatadas do alto de árvores e de telhados.

O fornecimento de energia também foi parcialmente interrompido, uma vez a companhia nacional de eletricidade teve que desligar algumas de suas principais hidrelétricas em razão das tempestades.

A área mais afetada é Blantyre, centro financeiro e comercial da nação. Chilobwe, um vilarejo situado em uma colina, sofreu vários deslizamentos de terra, que puseram abaixo as casas de tijolos do local. Famílias e socorristas tiveram que escavar a lama, às vezes com as mãos, à procura de entes próximos e corpos no vilarejo. "Há pessoas mortas por toda parte. Todos perderam alguém", afirmou Fadila Njolomole, 19.

Na vizinha Moçambique, ao menos 21 pessoas morreram segundo informações do governo divulgadas na terça-feira. Chuvas fortes continuavam ontem no porto de Quelimane e áreas adjacentes. Porta-voz da agência de desastres nacional, Paulo Thomas afirmou que milhares de pessoas foram resgatadas pelos serviços de emergências, mas "outras milhares estão fora de alcance".

Braço das Nações Unidas para assuntos climáticos, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) afirma que o Freddy deve se tornar o ciclone tropical mais duradouro já registrado. Ele se formou no noroeste da Austrália na primeira semana de fevereiro.

Pesquisas indicam que tempestades tropicais estão ficando mais fortes com a intensificação das mudanças climáticas no mundo. Ao absorver o calor produzido pela queima de combustíveis fósseis, o oceano esquenta. E quando essa água quente do mar evapora, a energia térmica é transferida para a atmosfera, ocasionando tais fenômenos.

DIPLOMACIA

Honduras quer abrir relações com China e contraria Taiwan

A presidente de Honduras, Xiomara Castro, afirmou na terça-feira passada que pretende estabelecer "relações oficiais" com a China, e instou o chanceler de seu país a administrar o início da parceria com o gigante asiático, segundo declarou em postagem no Twitter.

Na prática, isso significaria que a nação da América Central deixaria de reconhecer Taiwan como um Estado autônomo, aprofundando o isolamento diplomático da ilha --Pequim a considera uma província rebelde e parte inalienável de seu território, e exige que nações com quem mantém laços diplomáticos rompam com ela como parte de sua política de "uma só China".

Taipé, é claro, reagiu negativamente ao anúncio, e pediu que Tegucigalpa "examine com cuidado" suas ações para "não cair na armadilha chinesa" de "promessas falsas e atraentes". Já o porta-voz do ministério das Relações Exteriores chinês, Wang Wenbin, saudou a "pertinente declaração da parte hondurenha" em encontro regular de sua pasta com a imprensa.

Os Estados Unidos ainda não se pronunciaram sobre o tema. Especialistas afirmam, porém, que o anúncio deve arranhar as relações de Honduras com a nação ao norte, seu principal parceiro comercial. Apesar de não manter laços oficiais com Taiwan, Washington é o maior aliado estrangeiro da ilha, além de seu principal fornecedor de armas.

Em entrevista à agência de notícias AFP, o analista político Raúl Pineda fez a ressalva de que Xiomara não esclareceu a que tipo de "relações oficiais" com a China ela se referia. Mas caso o âmbito seja o diplomático, como tudo indica, a decisão de seu governo seria "muito infeliz" dadas as tensões atuais entre os EUA e a China.

A disputa entre as duas maiores potências econômicas do globo vêm se intensificando desde o início de fevereiro, quando o Pentágono detectou um suposto balão espião chinês sobrevoando o seu território --o regime chinês afirma que o artefato tinha fins de pesquisa meteorológica.

A aproximação entre Honduras e a China também deixaria Taiwan ainda mais isolada diplomaticamente. Hoje, contando o país, só 14 Estados reconhecem sua independência, a maioria deles na América Latina e no Caribe.

COLÔMBIA

Explosão em mina deixa 11 mortos e 10 soterrados

Pelo menos 11 pessoas morreram em uma explosão causada por acúmulo de gases dentro de uma mina de carvão na cidade de Sutatausa, na Colômbia. Outros 10 trabalhadores continuam presos abaixo da terra. A explosão ocorreu na noite desta terça-feira passada e foi divulgada pelo governador do departamento de Cundinamarca ontem. Segundo Nicola Garcia, os mineiros presos estão a 900 metros de profundidade, o que dificulta a busca dos mais de cem socorristas mobilizados para a ação. "Cada minuto que passa é menos tempo de oxigênio", disse o governador, lamentando que será "muito difícil" encontrar os trabalhadores com vida.

CREMERJ

Caso Henry: Jairinho perde registro médico

O ex-vereador Jairo de Souza Santos Junior, o Jairinho, perdeu o registro médico. Ele é réu no processo que investiga a morte do enteado, Henry Borel, de quatro anos.

O Cremerj (Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro) decidiu pela cassação definitiva do registro médico do ex-vereador.

A sentença foi determinada, de modo unânime, durante plenária de julgamento na tarde de ontem na sede do Cremerj.

A cassação definitiva do registro é a penalidade mais alta do Código de Processo Ético-Profissional.

Com a decisão, Jairinho está "totalmente impedido de exercer a medicina do Brasil", divulgou o Conselho em nota.

RELEMBRE O CASO

Em 8 março de 2021, Henry Borel, filho de Monique Medeiros, foi morto de forma brutal. Segundo laudo pericial, Henry teve 23 lesões no seu corpo, que acabaram ocasionando morte por hemorragia interna e laceração hepática causada por ação contundente.

Henry foi levado por Monique e Jairinho ao hospital, onde foi constatada a morte.

Ela e Jairinho foram presos em abril do mesmo ano, acusados de envolvimento na morte do menino.

Em maio de 2021, o Ministério Público ofereceu denúncias contra Jairinho pelos crimes de homicídio triplamente qualificado, tortura e coação de testemunha. Já Monique foi acusada de homicídio triplamente qualificado na forma omissiva; tortura omissiva; falsidade ideológica; e coação de testemunha.

Em agosto de 2022, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) revogou a prisão preventiva e concedeu liberdade a Monique. Jairinho segue preso.

A data do julgamento da morte de Henry ainda não foi definida.

Nota

CHEFES DE TORCIDAS ORGANIZADAS DO RIO DE JANEIRO CONTINUAM FORAGIDOS

Os chefes das torcidas organizadas Young Flu, Força Jovem Vasco, Torcida Jovem do Flamengo e Raça Rubro Negra ainda não foram localizados. A prisão deles foi determinada na segunda-feira passada pela juíza Ana Beatriz Estrella, em Plantão Judiciário. A decisão atendeu a uma representação do sábado passado, da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), que instaurou inquérito para apurar a prática de organização criminosa, lesão corporal, dano ao patrimônio público e privado e demais crimes do Estatuto do Torcedor, em atos violentos ocorridos no dia 5 de março nas ruas ao redor do Maracanã, antes do início do jogo entre Flamengo e Vasco, pelo Campeonato Carioca. Segundo o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), eles vão responder pelos crimes de organização criminosa, lesão corporal grave e tentativa de homicídio.

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME 32.184.487/0001-04 - NIRE 33.3.0033425-4
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: DATA, HORÁRIO E LOCAL: 01/03/23, 10h00, sede da Pampa Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1703 (parte); 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, RJ/RJ, por meio de videoconferência. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em virtude da participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **MESA:** Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko, presidente e Sr. Germán Sánchez González, secretário. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição da Diretoria. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem ressalvas, o Conselho de Administração aprovou a reeleição do **(a)** Sr. Rogerio Diniz de Oliveira, brasileiro, divorciado, administrador, portador da carteira de identidade n.º 08.056.887-6, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/ME sob o n.º 002.782.367-90, para ocupar o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia, e **(b)** Sr. Murilo Magalhães Nogueira, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 871060168/D CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 829.271.117-15, para ocupar o cargo de Diretor Técnico da Companhia, ambos residentes e domiciliados no RJ/RJ, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson, 231, sala 1703 (parte) e 1704 (parte), Centro, CEP 20030.021, RJ/RJ, e com mandato unificado de 1(um) ano, ou seja, até o dia 01/03/24, conforme respectivos Termos de Posse (anexo I-A e I-B). Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todos os atos necessários para formalizar as deliberações acima. **ENCERRAMENTO**: Encerradas as deliberações, esta ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **MESA**: **Carlos Eduardo Assumpção Olesko** - Presidente; **Germán Sánchez González** - Secretário. Bruna Lage Richter - OAB-RJ n.º 158.899. Jucerja nº 5369465 em 14/03/23.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS PRIVADOS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO LTDA. - COOPCRED-ENSINO
CNPJ 42.445.122/0001-31- NIRE JUCERJA 33.400.004.957
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
O presidente da Cooperativa no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social convoca os associados, que nesta data são em número de 1.055 (um mil e cinquenta e cinco) associados em condições de votar, para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária**, a realizar-se na sua sede social, à Rua Marquês de São Vicente, 225 - Casa 14 Parte - Gávea, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no dia 30 de Março de 2023, às 10:30 com a presença de dois terços do número total de associados em primeira convocação; às 11:30 com a presença de metade mais um do número total dos associados, em segunda convocação; às 12:30 com a presença mínima de 10 (dez) associados, em terceira e última convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia: **Assembleia Geral Extraordinária 1**.Reforma do Estatuto Social por determinação do Banco Central do Brasil através do Ofício 8419/2020–BCB/Deorf/GTRJA, de 15 de abril de 2020 – PE 171915, em seu artigo 52, parágrafos e alíneas, relativo ao componente organizacional de ouvidoria para adequá-lo as disposições da Resolução 4.433, de 23/07/2015; **2.** Reforma do Estatuto Social para adequá-lo às normas aprovadas pela Lei Complementar 130/2009, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar 196/2022, e a edição da Resolução CMN Nº 5.051, de 25/11/2022, nos seguintes artigos: Artigo 28 – caput – Alteração do prazo para realização da **Assembleia Geral Ordinária** que será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 (três) primeiros meses para os 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social; Artigo 44 – caput – Alteração da composição do Conselho Fiscal, para três membros efetivos e um suplente, com a obrigação de renovação de pelo menos 1 (um) membro efetivo a cada eleição. **Assembleia Geral Ordinária 1.** Prestação das contas do exercício de 2022; **2.** Destinação das Sobras Apuradas; **3.** Eleição para renovação do Conselho Fiscal por término de mandato e um componente da Diretoria para completar mandato. A eleição se dará em conformidade com o regulamento aprovado para o pleito e divulgado para o quadro social **4.** Fixação do valor da cédula de presença dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; **5.** Rateio das despesas; **6.** Outros assuntos de interesse social.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.
Roberto Roxo Teixeira
Presidente

SOCIEDADE COOPERATIVA COOBANCAP – COOPERATIVA DE CONSUMO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS EM GERAL
CNPJ 23.680.476/0001-16-NIRE 33400054521
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
O Diretor Presidente da Sociedade Cooperativa **COOBANCAP – COOPERATIVA DE CONSUMO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS EM GERAL,** no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os Cooperados Associados para participarem da **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada em nossa sede no dia 28 de março de 2023, em primeira convocação às 18h30min com a presença de 2/3(dois terços) do número total dos Cooperados Associados, em segunda às 19h30min com metade mais 01(um) do número total dos Cooperados Associados e em terceira e última às 20h30min. Convocação com a presença mínima de 10(dez) Cooperados Associados para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **Assembleia Geral Ordinária: 1-** Prestação de Contas do Exercício Social do Ano de 2022; **2-** Relatório de Gestão; **3-** Balanço Patrimonial; **4-** Demonstração das Sobras ou Perdas Apuradas no Exercício do Ano de 2022; **5-** Destinação das Sobras ou Perdas Apuradas no Exercício Social do Ano de 2022; **6-** Eleição do Novo Mandato do Conselho Fiscal.São Gonçalo, 16 de março de 2023.
Marcelo Reimão Akerman - Diretor Presidente

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO –LTDA – MAGICREDI
CNPJ 05 040.680-0001/90 - NIRE 33.4.0004154-2.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)
O Diretor Presidente da **Cooperativa de Crédito dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro LTDA – MAGICREDI-RJ**, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca seus associados que integram o seu quadro, presentemente, em número de 512, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na Av. Erasmo Braga, nº 115- Lâmina: 1-Bloco F Sala:415B -Centro-Rio de Janeiro- CEP 20020-903, no próximo dia 28 de março de 2023, em 1ª convocação, às 9:30 horas, com presença de 2/3 do número total dos associados, às 10:30 horas, em 2ª convocação, com a presença de metade mais um dos associados, ou às 11:30 horas em 3ª e última convocação, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados.**Assembleia Geral Ordinária 1**-deliberará sobre a seguinte ordem do dia: **a)** prestação das contas do exercício de 2022, compreendendo relatório de gestão, apuração dos resultados e parecer do Conselho Fiscal; **b)** destinação das sobras apuradas; **c)** eleição do Conselho Fiscal, para o período de um (1) ano, composto por três (03) Conselheiros efetivos e três (03) Conselheiros suplentes; d) outros assuntos de interesse social.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.
DES. ADEMIR PAULO PIMENTEL - DIRETOR PRESIDENTE

COOPERATIVA DE CONSUMO DOS EMPREGADOS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO E DE EMPREGADOS EM INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS LTDA – COOPPUC-CONSUMO.
CNPJ 31.727.063/0001-78 – NIRE JUCERJA 33.4.0005695-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Presidente da cooperativa no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social convoca os associados, que nesta data são em número 25 (vinte e cinco) associados em condições de votar, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se na sua sede social, Rua Marques de São Vicente, 225 – Casa 14 Parte – Gávea, Rio de Janeiro, no dia 30 de Março de 2023, obedecendo os horários e "**QUORUM**" para sua instalação, cumprindo assim o que determina o Estatuto Social da Cooperativa, ás 10:30 com a presença de dois terços do número total de associados, em primeira convocação; ás 11:30 com presença de metade mais um do número total de associados, em segunda convocação; ás 12:30 com presença mínima de 10 (dez) associados, em terceira e última convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõe a ordem do dia. **1.**Prestação das contas do exercício de 2022, compreendendo o Relatório da Gestão, Balanços, Apuração de Resultados, Parecer do Conselho Fiscal; **2.**Destinação das Sobras Apuradas; **3.**Eleição dos componentes da Diretoria e do Conselho Fiscal. A eleição se dará em conformidade com o regulamento aprovado para o pleito e divulgado para o quadro social; **4.**Fixação do valor da cédula de presença dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; **5.**Rateio das despesas; **6.**Outros assuntos de interesse social.Rio de Janeiro, 16 de Março de 2023.
JORGE MENESES PRESIDENTE